



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1251

O PROCESSO DE REPRESSÃO DAS EDIÇÕES DAS OBRAS COMPLETAS DO MARQUÊS DE SADE EM 1956: JEAN-JACQUES PAUVERT E DISCURSOS EM TORNO DA LIBERDADE DE LEITURA

Sara Vicelli de Carvalho
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Nos séculos posteriores ao Marquês de Sade sua literatura ganhou força, sendo cada vez mais republicada e explorada. Seus escritos tornaram-se referência no cenário do século XX, ganhando um lugar de honra, sobretudo entre as gerações que se reuniam em torno dos surrealistas. Contudo, apesar da literatura sadeana não consistir em nenhum grande “segredo”, ainda não era totalmente bem quista e havia os que continuavam a condenar suas obras.

Jean-Jacques Pauvert, que nos anos de 1950 a 1960 publicou centenas de livros de caráter transgressor, vivenciou ações de censura no que se refere à literatura do Marquês. Seu empreendimento, no ano de 1947, para dar início à edição das obras completas de Sade, até então exiladas no *Enfer* da Biblioteca Nacional da França, culminou em processo judicial no ano de 1956, no qual foi acusado de publicar livros imorais que se enquadravam na qualidade de perigosos de acordo com a Comissão Nacional do Livro, em Parecer emitido em 1955.

Inquietando-nos sobre os discursos acerca da liberdade de leitura, entendemos que o julgamento de Pauvert constitui um paradoxo entre o que almejavam certas parcelas da sociedade francesa e aquilo que uma instituição – a Comissão Nacional do Livro – definiu e impôs. Esse trabalho visa, entre outras coisas, dar a nosso leitor a oportunidade de pensar as interpretações feitas das obras de Sade e respectivas apropriações por parte das personagens envolvidas – leitores desse contexto histórico, focando-nos nos surrealistas, que representavam parte fundamental da cultura francesa, e no Estado francês, como instância de imposição.

Palavras-chave: Liberdade de leitura; surrealistas; Comissão Nacional do Livro.

Financiamento: Fundação CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Introdução/justificativa:

Ao longo dos anos a legenda Marquês de Sade transformou-se. Não deixando de ser maldito e tampouco marginal, nos séculos seguintes a sua morte ganhou asas e alçou voo para novas classificações e interpretações. Se em sua

contemporaneidade (1740 – 1814) sofreu esmagado pela repressão – de modo que o autor e obra foram condenados ao cárcere na tentativa de calá-los – posteriormente se tornou admirado. Passando de maldito a aclamado, de pornógrafo vil a gênio injustiçado, Sade tornou-se um ídolo, símbolo de rebeldia, segundo Guillaume Apollinaire (1912), o espírito mais livre que já existiu. Ele ascendeu aos céus, de maléfico a divino!¹

Sua ascensão foi gradual, saindo do subsolo da literatura aos gabinetes secretos e destes às revistas de vanguarda. Sade tornou-se referência no cenário do século XX, ganhando um lugar de honra, sobretudo entre as gerações que se reuniam em torno dos surrealistas: em 1949 “[...] Xavier de Sade [...] acabava de descobrir, com uma mistura de júbilo e incredulidade, que o nome de seu antepassado, motivo de vergonha para família, era visto com admiração e até com reverência pelas novas gerações de intelectuais franceses.” (PAZ, 1999, p. 96). A literatura e a vida do Marquês se transformaram em objetos que proporcionavam novas reações, conotações, novos questionamentos, novos problemas *bonnes à penser*.²

Simone Beauvoir (1961) localiza os traços de uma filosofia radical de liberdade nos escritos de Sade, a qual teria precedido o existencialismo moderno. Octavio Paz (1999) o vê como um precursor de Freud, por seus escritos focarem a sexualidade como uma força motriz. Para André Breton, no *Segund manifest du surrealismo* (1988), Sade forneceria uma das visões mais lúcidas sobre as forças que agem intimamente no homem e que estão na origem dos seus atos de violência. Georges Bataille (1989) afirma que sem a crueldade de Sade não teríamos sido capazes de abordar de forma tão serena o domínio que expõe nossa unidade profunda.

De acordo com Eliane Robert Moraes (2006, p. 116), nessas novas interpretações, isto é, na admiração por Sade, sobretudo por parte dos surrealistas, estaria uma espécie de materialismo cósmico que colocaria em xeque o primado do

¹ A expressão “divino Marquês” surgiu com os surrealistas. Para saber mais ver BRETON, André. **Manifestos do surrealismo**. Brasiliense, 1985. (Editado no Brasil 61 anos após a publicação original do Primeiro Manifesto em 1924).

² Expressão utilizada por Robert Darnton no texto *Libertinos/ Libertários*, no qual trata dos muitos autores que insistem em falar do que chama de “uma filosofia carnal”, de modo que “[...] o conhecimento carnal fornece material inesgotável para o pensamento, especialmente quando aparece em narrativas [...]”. DARNTON, Robert. Sexo dá o que pensar. In: **Libertinos/Libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 21.

homem no universo, operando um deslocamento radical de valores humanistas que sustentaram, no Ocidente, vários séculos de cultura. De qualquer forma, sem eleger quaisquer das perspectivas mencionadas, o que se torna perceptível é que a imagem que se fazia do Marquês ganhou novos contornos.

Pode-se debitar essa transformação a um movimento que se inicia com o empenho do poeta Apollinaire (1880-1918) e do crítico Maurice Heine (1884-1949), culminado com os surrealistas, uma vez que o legado sadeano se fazia

[...] presente nos manifestos do movimento, nos ensaios dos poetas Paul Eluard, René Char, na produção de Aragon, Artaud, na pintura de André Masson, no trabalho de Man Ray, de Salvador Dali e na filmografia de Luis Buñuel [...] adquire maior nitidez através dos cuidadosos estudos biográficos produzidos por Gilbert Lély [...] (GIANNATTASIO, 2000, p.42)

E não podemos deixar de lado outras personagens ligadas ao universo surrealista, como a artista plástica Marie Cermínová (1902 -1980), mais conhecida como Toyen, que ilustrou a edição tcheca, de 1932, da obra Justine de Sade; René Magritte (1898 - 1967), que realizou sua homenagem ao Marquês por meio da obra de arte intitulada 'La philosophie dans le boudoir', de 1947 (que pode ser apreciada na capa da tradução brasileira de "A Filosofia na Alcova" de 1999); Hans Bellmer (1902 - 1975), pintor de inúmeras obras inspiradas no imaginário sadeano; e os escritores Michel Leiris, Robert Desnos e Pierre Klossowski, que lhe dedicaram diversos escritos.

De 1920 a 1968 não se encontra sequer um exemplar de qualquer uma das revistas do grupo que não tenha ao menos uma nota sobre o "Divino Marquês" (MORAES, 2006, p. 116). No *Manifest du surrealismo* (1924) está inscrita a frase "Sade é surrealista no sadismo", e com isso consagrou-se a imagem "Divina do Marquês". Portanto, nos séculos posteriores a Sade sua literatura ganhou força, sendo cada vez mais republicada, lida e explorada mesmo quando condenada aos "infernos" das bibliotecas. Contudo, no século XX, apesar da literatura sadeana não consistir em nenhum grande "segredo", ainda não era totalmente bem quista e havia os que continuavam a condenar as obras de um "velho conhecido"!

Compete acrescentar que no século XX houve um aumento progressivo no número de obras ilegais do Antigo Regime sendo republicadas, a maior parte correspondente à proliferação de publicações de cunho sexual, erótico, libertino – mesmo que majoritariamente clandestinas – ocorrida no período que antecedeu à

Revolução Francesa e que se diferenciavam das obras produzidas até então por remeter ao corpo como algo a ser explorado, descoberto, objeto de conhecimento, assim, traduzindo o espírito, pensamentos e ideias iluministas, libertárias e libertinas.

Desta forma, as literaturas entendidas como libertinas foram marginalizadas por séculos, até que com o empenho de intelectuais no século XX, sobretudo os surrealistas – que traziam a tona manifestações intelectuais e culturais do período iluminista, repensando-as – tornaram-se dignas de pensamentos e discussões propostas abertamente. André Breton afirmou no *Manifesto do Surrealismo* (1924):

Ainda vivemos sob o império da lógica [...] O racionalismo absoluto que continua em moda não permite considerar senão fatos dependendo estreitamente de nossa experiência. Os fins lógicos, ao contrário, nos escapam. Inútil acrescentar que à própria experiência foram impostos limites. Ela circula num gradeado de onde é cada vez mais difícil fazê-la sair. [...] A pretexto da civilização e do progresso conseguiu-se banir do espírito [...] com ou sem razão, todo modo de busca da verdade, não conforme ao uso comum. Ao que parece, foi [...] que **recentemente trouxe à luz uma parte do mundo intelectual, a meu ver, a mais importante, e da qual se afetava não querer saber. [...] Se as profundezas de nosso espírito escondem estranhas forças capazes de aumentar as da superfície, ou contra elas lutar vitoriosamente, há todo interesse em captá-las [...].** (BRETON, 1985. p. 40 – 41; grifo nosso)

Todavia, esse resgate não ocorreu sem enfrentar barreiras, uma vez que o acesso às obras ainda era restrito, pois as “literaturas do mal” tinham seu lugar no *Enfer*³ das bibliotecas, onde os livros que por desventura fossem considerados perigosos eram lacrados em um espaço onde leitores “normais” não pudessem alcançá-los, para que assim não se corrompessem pelo contato com maus livros.

Essa inacessibilidade e tentativa de silenciamento foram vivenciadas também por editores da segunda metade do século XX, dentre eles Jean-Jacques Pauvert, que nos anos de 1950 a 1960 publicou centenas de livros de caráter transgressor, entre os quais se destacam as primeiras publicações das obras do Marquês de Sade.

O trabalho de Pauvert não foi bem recebido e tampouco facilitado, principalmente pelo Ministério Público da França, que entendia a literatura sadeana

³ Tal nomenclatura foi criada na França do século XIX e era uma dentre outros nomes ou códigos dados aos locais nas bibliotecas, existentes em várias partes do mundo, reservados para guardar obras proibidas. Os “Infernos” faziam parte de um movimento de silenciamento, visto que por obrigação de preservar o maior acervo possível da palavra impressa, alojavam as obras em um local. Ver (DARNTON, 1996, pp. 21-42).

como uma afronta à moral e aos bons costumes.⁴ Quando, no ano de 1947, Pauvert ousou dar início à edição das obras completas do Marquês de Sade, até então exiladas no *Enfer* da Biblioteca Nacional da França, e com mais ousadia ainda, assinar seu trabalho, acabou sufocado pelos “braços da lei”. Como consequência de sua arriscada ação, respondeu a um processo na justiça francesa, no ano de 1956, no qual foi acusado de publicar livros imorais, que se enquadravam na qualidade de perigosos, de acordo com a Comissão Nacional do Livro, em Parecer emitido em 1955.⁵

Segundo o Parecer, as obras de Sade representavam uma ameaça, um perigo iminente à sociedade, aos bons costumes. A literatura do Marquês, considerada infecciosa, traria um veneno potencial para o sistema imunológico da sociedade francesa. Os pareceristas consideraram que os volumes propunham:

[...] misturar à sociedade deste tempo, descrições de cenas de orgia, de crueldades das mais repugnantes e perversões das mais variadas e contendo intrinsecamente um fermento detestável e condenável aos bons costumes. (PAUVERT, 1967, p. 9)⁶ [tradução livre]

Desta forma, a sociedade francesa estaria desprotegida da influência malévola dessa literatura, ou seja, para os pareceristas as obras constituiriam um perigo.

No decorrer do processo, o promotor no ato de acusação levanta a questão de quem poderia ler Sade. Para ele seriam poucos, restringindo-os a “espíritos prevenidos e sábios”, que saberiam utilizar as obras para fins intelectuais, uma vez que pessoas despreparadas estariam sujeitas à influência malévola de tais romances. Todavia, quando o promotor adverte sobre leitores qualificados, não

⁴ Entre os volumes que mais incomodaram a Comissão do Livro estavam *A filosofia na alcova*, *A nova Justine*, *Juliette* e *Os 120 dias de Sodoma*.

⁵ Tal processo – que ocorreu na Câmara Correcional de Paris, teve início em 15 de dezembro de 1956 e que se estendeu até 10 de janeiro do ano seguinte – deu origem ao livro intitulado *L'affaire Sade*, editado em 1957 pela Editora Pauvert, por iniciativa de seu proprietário, J.J. Pauvert. Nessa obra encontramos o texto integral da ação movida pelo Ministério Público contra Jean-Jacques Pauvert, com os discursos de acusação, defesa e os respectivos depoimentos, tanto do réu como os das testemunhas. O advogado de defesa foi Maurice Garçon (1889 – 1967) já era bastante conhecido no cenário jurídico por defender casos contra a repressão e censura. Como testemunhas estão: Georges Bataille (1897 – 1962), André Breton (1896 – 1966), o cineasta e escritor Jean Cocteau (1889 – 1963) e o escritor e também editor Jean Paulhan (1884 – 1968).

⁶ [...] Mêlaient sur la société du temps, des descriptions de scènes d'orgies, des cruautés les plus répugnantes, et des perversions les plus variées, et contenant intrinsèquement un ferment détestable et condamnable pour les bonnes mœurs. Pode-se observar que no Parecer a palavra misturar (*Mêlaint*) relaciona-se à palavra fermento (*ferment*), uma vez que disseminar tais volumes seria misturar, fazer penetrar naquela sociedade um mal, um germe, que fermentaria crueldades e perversões.

determina quem seriam os espíritos sábios e prevenidos e quem não, tampouco uma forma, um método para distinguir uns dos outros, e deste modo, como não é possível saber quem lerá as obras e como se apropriarão dela, a medida tomada para sanar o possível mal acabou sendo a censura.

Objetivos:

O cerne de nossa reflexão se faz em torno de discursos acerca da liberdade de leitura, uma vez que a problemática acerca da leitura, suas apropriações e possíveis perigos advindos desse ato, se manifestam de forma contundente pelas várias vozes – sejam defensoras, repressoras ou de testemunhos – presentes no decorrer do processo vivenciado pelo editor e réu Jean-Jacques Pauvert.

Visamos, principalmente, dar a nosso leitor a oportunidade de pensar as interpretações feitas das obras de Sade e respectivas apropriações por parte das personagens envolvidas – leitores desse contexto histórico, focando-nos nos surrealistas, que representavam parte fundamental da cultura francesa, e no Estado francês, como instância de imposição.

Discussões:

“[...] Após a morte de Sade suas obras não desapareceram [...] Sua reputação foi preservada por ataques virulentos e pela garrulice da imprensa [...]” (SHATTUCK, 1998, p. 233) De acordo com Simone Beauvoir (1961), tanto a vida como as obras do Marquês de Sade seriam objetos de desejo: o desejo de conhecer, de andar pelos caminhos desconhecidos do submundo, de provar o gosto do proibido, entre tantas outras possibilidades.

São múltiplas as leituras sobre as obras de Sade, sendo muitas as especulações e tentativas de rotulá-las, ou seja, as apropriações dessa literatura são dúbias, problemáticas. Notamos que enquanto alguns o divinizam, outros o repudiam.

Sabemos, de acordo com Eliane Robert Moraes (MORAES, 2006, p. 114), que a literatura de Justine foi útil a Honoré de Balzac, deliciou Gustave Flaubert e inquietou Stendhal, que os livros do Marquês de Sade cativaram autores como Chateaubriand, Baudelaire e Lamartine, de quem os surrealistas se consideram herdeiros diretos. Apesar disso foi preciso esperar o século XX para que o Marquês

viesse a ser divinizado. Contudo, os discursos contra as obras do Marquês também operam nesse contexto de sua “canonização”.

Roger Shattuck (1998, p. 233-234) afirma que a literatura de Sade despertava uma atração lasciva, provocando interesse na sua força de transgressão e argumenta que as obras podem “[...] exercer enorme poder sobre certas pessoas [...] que podem vir a acreditar [...] que os argumentos como os de Sade legitimam a tortura e o assassinato” (SHATTUCK, 1998, p. 268).

Nicolas-Edme Restif de la Bretonne ⁷ (apud BEUCHOT & PAUVERT, 1999, p. 63- 64), escritor contemporâneo de Sade, em declaração prestada no julgamento do Marquês em setembro do ano de 1804, quando lhe foi perguntado o que ele pensava da liberdade de imprensa respondeu que sabemos tão pouco do coração humano que não se sabe quais excessos ele pode carregar, e desta forma, o mal deve ser detido. O comentário de Restif de la Bretonne não poderia ser mais atual, uma vez que é o que movimenta os argumentos de censura.

De mesmo modo baseia-se o argumento de Shattuck, que se assemelha ao dos censores, pois parte da crença na incapacidade do ser humano em apenas ler e se deleitar, ou mesmo se horrorizar, pois o contato com tais livros perverteria o homem para sempre, pois legitimaria assim as mais horrorosas depravações e crueldades das mais diversas. Como já disse Jean-Marie Goulemont (2000, p. 87) “Há [...] em toda censura [...] uma exaltação dos poderes do livro e uma degeneração, totalmente extraordinária, das capacidades de resistências do espírito humano a estas formas de subversão.”

Seja como for, todos esses apontamentos nos fazem indagar: será que há coisas que não devem ser ditas? Há obras que não devem ser lidas? Como pensar bem e mal, certo e errado, virtude e vício? Existe alguma solução sem esbarrarmos na censura? Para, pelo menos, refletirmos sobre tais questões, tomamos as palavras de Liberto Cruz:

[...] Em qualquer dos livros, o Marquês de Sade assumiu a sua responsabilidade revolucionária de escritor, servindo-se da sua inalienável liberdade de escrita. Daí o respeito que deve merecer-nos o intelectual que fez do acto político: uma provocação continua à censura, uma repulsa sucessiva a toda e qualquer forma de censura. (CRUZ, 1975, p.13)

⁷ Tipógrafo na juventude e mais tarde novelista mistura fato e ficção na maioria de seus livros, publicou numerosos trabalhos relativos a vários gêneros de romance erótico, como o *camponês pervertido (1784) em Paris (1787) Saxancourt Ingenuie (1789) e Anti-Justine, ou as delícias do amor (1793)*. De acordo com vários biógrafos foi um informante da polícia até 1789.

Entendemos que o exercício de leitura é feito de maneira distinta por cada indivíduo, sociedade, cultura. Ainda assim, mesmo que as práticas de leituras possam diferir de um contexto a outro e as interpretações e apropriações também, as conclusões das instituições que julgaram perigosa à literatura sadeana não se restringiram às interpretações da contemporaneidade de Sade. Sua influência considerada perversa ainda reina no imaginário dos séculos seguintes, o que se evidencia com o episódio envolvendo o esforço de Jean-Jacques Pauvert para publicar as obras completas do Marquês.

Neste processo está posto o problema da recepção de uma obra literária – a sadeana. Como já afirmou Roger Chartier, existe um objeto, o livro, que materialmente se encerra no interior de sua encadernação, entretanto o texto lido transcende a materialidade deste objeto, de modo que as liberdades da interpretação são muitas, e em constante transformação.

A convicção de que uma obra literária possa ser perigosa exige formular uma teoria que defina um estatuto da obra que a qualifica perigosa, independentemente do público leitor. Ou, melhor dizendo, a alta corte francesa se constituiu como leitora privilegiada da obra sadeana, pois ela própria se deu ao papel de criar um juízo público e oficial acerca do estatuto da obra sadeana. A decisão da mais alta corte francesa foi a de considerar a obra do marquês perigosa e, portanto, alguns cuidados na sua edição deveriam ser tomados. Octávio Paz formulou um juízo distinto deste, fundamentado, certamente, numa teoria literária que se desdobra numa teoria da recepção; nele, o poeta, ensaísta e crítico literário mexicano afirmou: ‘Sade é um autor que merece ser lido. É um autor perigoso? Não acredito que haja autores perigosos; melhor dizendo, o perigo de certos livros não está neles próprios e sim nas paixões de seus leitores’ (GIANNATTASIO, 2014, p. 9).

Sendo assim, a história de uma ou muitas obras literárias deve ser pensada dentro de uma rede de sua recepção, onde o papel do historiador – enquanto ainda singular – necessita desenvolver-se em torno do conjunto de atores e processos que fazem parte da constituição das determinadas literaturas, cujos vários leitores, “interpretadores”, constituem o centro do sistema.

Consideramos que por meio da escrita a imaginação ganha vida, aderindo a novas e múltiplas interpretações, deixando de ser criação individual para se tornar infinita, e desta forma, entendemos que os efeitos da literatura são imensuráveis.

Partimos do pressuposto de que não existe uma fonte pura de conhecimento, que a “verdade” é subjetiva, está sujeita a infinitos discursos e a “adaptações criativas” dos receptores. Deste modo, as leituras feitas, ou melhor, *apropriadas*⁸, são recebidas segundo a maneira dos receptores, uma vez que interpretam e adaptam tudo que recebem, segundo situações, contexto, experiências no qual estão imersos, ou seja, o que os leitores fazem dos escritos são interpretações e/ou apropriações.

Segundo Chartier (1998, p. 77) “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”, por esta constatação (1998, p. 18) é preciso vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar concomitantemente a crítica textual, a história do livro e da história do público e da recepção. Para isso deve-se levar em conta que, de um lado, cada leitor, espectador, ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe. “[...] De outro, deve-se considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular” (CHARTIER, 1998, p. 19)

Ainda dentro da perspectiva de Roger Chartier não podemos deixar de mencionar outro de seus principais conceitos, o de *práticas de leitura*, uma vez que se tratando de discursos sobre liberdade de leitura este conceito nos chama a atenção às limitações e liberdades dos leitores, pois segundo o autor, os leitores estão sujeitos às práticas de leitura, ao mesmo tempo em que as fazem. Isto é, apreendido pela leitura, o texto não tem necessariamente o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores, todavia para Chartier a liberdade leitora não é absoluta, uma vez que é cercada de limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que a caracterizam em suas diferenças.

Posto isto, acrescentamos a nossa temática a perspectiva de Michel Foucault no que se refere aos discursos apropriados e legitimados por instituições de poder

⁸ Na acepção de Roger Chartier, o conceito de apropriação busca dar conta dos processos, em suas condições sociais, institucionais e culturais concretas e inscritas em práticas específicas e localizadas, pelos quais são construídos novos sentidos, sobretudo por meio das práticas de leituras. Sua noção de “[...] apropriação [...] tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem [...]” (CHARTIER, 1990, p. 26)

que de algum modo interferem e atuam nos discursos, nas práticas sociais, culturais e econômicas de um contexto. De acordo com Foucault os discursos são socialmente confiscados e submetidos por aqueles que se instituem como ocupantes de posições competentes. Segundo o autor, por trás de todo o saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder e é por meio dessas relações (de luta e poder) que podemos compreender como se constrói o conhecimento. Em curtas palavras, trata-se de perceber o discurso que se apropria, interpreta e se legitima, no sistema de sua institucionalização.⁹ (FOUCAULT, 2005)

Na perspectiva de Foucault, a verdade não existe fora do poder ou sem poder. Ela é produzida no mundo graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos de poder. Deste modo, cada sociedade tem seu regime de verdade, seus tipos de discursos, que acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Sendo assim, o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas e interpretativas, não havendo assim uma leitura única de qualquer fenômeno.

Desta forma, tais abordagens conceituais nos fornecem material intelectual que oportuniza maiores possibilidades de reflexão em torno da leitura, de sua significância, da liberdade em torno dela, da recepção da literatura e principalmente das interpretações, apropriações das obras do Marquês de Sade no contexto do processo de repressão do trabalho editorial de Jean-Jacques Pauvert. Assim sendo, faz-se importante ressaltar que em nossos estudos sobre a literatura do Marquês, podemos e/ou devemos observar que:

[...] temos uma versão de Sade para cada ocasião e uma versão da ocasião para cada Sade. Certa vez, foi perguntado a um estudioso da obra do libertino francês: 'Há um leitor ideal de Sade?' Pergunta, num só tempo, decisiva e difícil de ser respondida. Muitas foram as passagens em que o próprio Sade, através de seus escritos, se dirigiu ao leitor de sua obra. E as recomendações, os conselhos, as instruções que ele formulou a quem o lia são tão diversos e contraditórios, que chegamos a por em dúvida se eles foram escritos pela mesma mão! [...] Do mesmo modo que o autor, o leitor também é um homem dotado de distintas disposições fisiológicas e sem identidade fixa [...] (GIANNATTASIO, 2014. p.12)

⁹ Segundo Michel Foucault, quando uma nova formação discursiva aparece, para se tornar válida necessita se institucionalizar, uma vez que são as regras já existentes que liberam e restringem o campo e as condições de funcionamento do discurso, ou seja, existem regras de uso do discurso que estão relacionadas à questão da *autoria*, do *lugar* do qual se fala, de *onde* se fala, *com quem* se fala e *quando* se fala.

Portanto, em relação às possibilidades de compreensão da repercussão e apropriação da obra sadiana, deve-se considerar que a recepção/ apropriação desta literatura, como qualquer outra, está aberta a múltiplas possibilidades de leitura. De acordo com a afirmação Gabriel Giannattasio:

“[...] O marquês de Sade criou o que podemos designar como uma obra aberta que só pode se desdobrar em teorias da-recepção, tão abertas quanto a obra. [...] O que nos resta, então? Especular. Sim! Trata-se de uma especulação fundada em ‘rigorosa pesquisa’, mas ainda assim uma especulação [...]” (GIANNATTASIO, 2014, p.13)

E é neste diagnóstico que nos apoiamos.

Considerações Finais:

O caso vivenciado por Pauvert e os expurgos a que esta literatura foi submetida se embasaram em limites principalmente morais, sendo objeto de polêmicas, tanto o julgamento, como também as visões que se faziam da obra sadiana, de seu ideário, suas significâncias no imaginário do leitor e o que representariam as repercussões deste ideário no respectivo período histórico.

Inquietando-nos sobre os discursos acerca da liberdade de leitura, entendemos que o julgamento de Pauvert constitui um paradoxo entre o que almejavam certas parcelas da sociedade francesa e aquilo que uma instituição – a Comissão Nacional do Livro – queria ou achava que deveria ser e então definiu e impôs.

Percebe-se que o Parecer emitido pela Comissão Nacional do Livro já representa uma condenação, uma vez que pressupõe e determina as obras de Sade como perigosas e maléficas, de modo que esta literatura, pensada dessa forma, só poderia culminar em atitudes atroz e moralmente condenáveis, representando um perigo eminente que deveria ser extirpado e, para isto, não adiantaria somente aprisionar as obras, mas também silenciar seus articuladores.

Jean Jacques Pauvert em meio a essa empreitada declara ao presidente da Comissão do Livro a importância da literatura sadiana como patrimônio da literatura francesa, havendo traduções das obras de Sade em todas as línguas, sendo um dos autores franceses mais republicados no exterior e aponta ainda que os pedidos dos exemplares a sua editora são em sua maioria das universidades, estrangeiras e francesas. Desde modo, questiona a posição da Comissão Francesa frente às

obras. Declara ainda que por conta da hipocrisia do “pensar direito”, do moralmente correto, essa literatura já ficou muito tempo enterrada. (PAUVERT, 1957, p. 16)

A existência polêmica do Marquês, tanto do ponto de vista biográfico, quanto na condição de autor, marcaram o pensamento de diversas gerações, em diferentes contextos. Suas obras transitaram por diferentes espaços e diversos leitores. O que nos chama atenção, entre outras coisas, é que apesar de parecer que pensar o sexo sempre foi uma prática nas mais diversas sociedades, ainda encontramos expressões/ ações de censura e processos de repressão contra obras que abordam a temática, sujeitando e/ ou subjugando não só as literaturas, mas também seus propagadores.

REFERENCIAS

APOLLINAIRE, Guillaume. **L’oeuvre du Marquis de Sade**. Paris: Bibliothèque des Curieux, 1912.

BRETON, André. **Manifestos do surrealismo**, Brasiliense, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. Deve-se queimar Sade? In: **Novelas do Marquês de Sade e um estudo de Simone Beauvoir**. São Paulo: DIFEL, 1961, pp. 05 – 63.

BEUCHOT, Pierre & PAUVERT, Jean-Jacques. **Sade en procès**. Turin: Éditions Mille et une nuits, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Unesp, 1998.

DARNTON, Robert. Sexo dá o que pensar. In: NOVAES, Adauto. (org.). **Libertinos/ Libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 21- 42.

FOUCAULT, Michael. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GIANNATSIO, Gabriel. Prefácio. In: TONUSSI, Hilton de Oliveira. **O Marquês de Sade no Brasil nos anos 1960: o mercado editorial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014, p. 9-15.

_____. **Sade: um anjo negro da modernidade**. São Paulo: Imaginário, 2000.

GOULEMOT, Jean-Marie. **Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII**. São Paulo: Discurso editorial, 2000.

MORAES, Eliane Robert. **Lições de Sade**: ensaios sobre a imaginação libertina. São Paulo: Iluminuras, 2006.

PAUVERT, Jean-Jacques (org.). **L’Affaire Sade**. Paris: Pauvert, 1957.

PAZ, Octavio. **Um mais além erótico: Sade**. São Paulo: Editora Mandarim, 1999.

SHATTUCCK, Roger. O Divino Marquês. In. **Conhecimento proibido**: de Prometeu à pornografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 225 – 292.